

**Contributos para o desenvolvimento de um
manual do revisor de texto**

Tiago Albuquerque Marques

**Trabalho de Projeto de Mestrado
em Consultoria e Revisão Linguística**

Março de 2014

Trabalho de Projeto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Consultoria e Revisão Linguística, realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Teresa Leitão Brocardo

*La révision professionnelle doit donc être vue comme
un processus en soi, au même titre que la rédaction.*

CAROLINE LAFLAMME

La révision est une école de relations humaines.

PAUL A. HORGUELIN E MICHELLE PHARAND

*La plupart des occasions des troubles du monde
sont grammairiennes.*

MICHEL DE MONTAIGNE

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Maria Teresa Leitão Brocardo, pela orientação e pelo estímulo oferecidos durante a realização deste trabalho.

Aos meus empregadores, que possibilitaram a frequência deste mestrado.

A Paulo Emerenciano, pelo incentivo inicial.

A Nuno Quintas, pela profícua troca de ideias.

A Paulo Ferreira, pelo incentivo final.

A todos aqueles que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a minha formação profissional.

CONTRIBUTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM MANUAL DO REVISOR DE TEXTO

TIAGO ALBUQUERQUE MARQUES

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: revisão de texto, manual de boas práticas, instrumentos de normalização linguística

O presente trabalho de projeto, realizado no âmbito do mestrado em Consultoria e Revisão Linguística, pretende ser um contributo para a criação de um manual destinado aos revisores de texto portugueses atuantes no mercado editorial. O seu objetivo é suprir a ausência de um instrumento de pendor normalizador, com técnicas e metodologias conformes às práticas da realidade nacional, cujo conteúdo tenha sido obtido de forma sistemática e abrangente e reflita estudos recentes produzidos na área da Linguística.

Após uma revisão de literatura e de uma análise comparativa de manuais estrangeiros de vocação similar, descrever-se-ão a estrutura e os temas do futuro instrumento. De seguida, será elencado o conjunto de iniciativas levado a cabo no sentido da implementação do projeto, que se consubstanciará na sua publicação tanto em formato físico como em formato digital. Espera-se que esta ferramenta se revele útil na formação dos revisores de texto e importe igualmente a técnicos editoriais, a tradutores e a interessados pela língua portuguesa em geral.

CONTRIBUTIONS FOR THE DEVELOPMENT OF A PROOFREADER'S HANDBOOK

TIAGO ALBUQUERQUE MARQUES

ABSTRACT

KEYWORDS: proofreading, good practices handbook, linguistic standardization tools

This project, carried out as part of the Master's degree in Linguistic Revision and Consultancy, is meant to contribute to the creation of a handbook for Portuguese proofreaders working in the publishing industry. It aims to fulfil the need for the development of a tool for standardization, based on techniques and methodologies used in Portugal, featuring comprehensive content collected in a systematic fashion and which reflects recent studies in the field of Linguistics.

Following a literature review and a comparative analysis of handbooks with a similar purpose that have been published abroad, we discuss the structure and the subject matter of the tool under development. We then present a set of steps already taken towards its implementation, which will culminate in its publication in physical and digital format. We hope this tool will be of use in the training of proofreaders and equally important for professionals working in an editorial capacity, translators, and all those interested in the Portuguese language in general.

ÍNDICE

Índice de quadros	xiii
1. Introdução	1
1.1. Enquadramento	1
1.2. Objetivos	2
1.3. Metodologia	2
1.4. Limitações e expectativas	3
2. Revisão de literatura	4
2.1. Estado da arte.....	4
2.2. Manuais existentes	6
2.3. Balanço	10
3. Memória descritiva do <i>Manual do Revisor de Texto</i>	12
3.1. Caracterização do instrumento	12
3.1.1. Objetivos	12
3.1.2. Suportes	13
3.1.2.1. Suporte papel	13
3.1.2.1.1. Conceito gráfico e aspetos de produção	14
3.1.2.2. Suporte digital	14
3.2. Justificação e descrição da estrutura	15
4. Implementação do projeto	42
5. Conclusão	45

Referências	48
Anexos	51
Anexo 1: Sumário do futuro <i>Manual do Revisor de Texto</i>	53
Anexo 2: Proposta de contrato-tipo para formalização da adjudicação de um trabalho de revisão de texto	57
Anexo 3: Contrato de edição firmado para a publicação futura do <i>Manual do Revisor de Texto</i>	63
Anexo 4: Cronograma estipulado para a concretização dos trabalhos conducentes à publicação do <i>Manual do Revisor de Texto</i>	71

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Definição do conceito de revisão de texto	17
Quadro 2: Tipos de revisão e respetiva definição	17
Quadro 3: Definição do conceito e dos parâmetros de edição	19
Quadro 4: Definição do conceito de limites de intervenção do revisor	24
Quadro 5: Definição dos conceitos de purismo linguístico, revisão purista e comandos paragramaticais	28
Quadro 6: Caracterização da revisão em suporte digital	30
Quadro 7: Caracterização da revisão em suporte papel	31
Quadro 8: Caracterização das etapas de revisão de provas	32
Quadro 9: Estrutura de apresentação dos exemplos	34

1. INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento

Os revisores de texto portugueses, que durante muito tempo exerceram a sua atividade de forma empírica, começam hoje a poder encontrar formação especializada, tanto profissional quanto académica. Contudo, continua a haver demanda de uma obra que enquadre a atividade e que ajude a esclarecer dúvidas. Para isso, poderá contribuir a falta de reconhecimento social da profissão, a ausência de uma associação profissional que vele pelos direitos e necessidades dos revisores, assim como a falta de iniciativa dos próprios profissionais.

Este trabalho de projeto, cujo tema é o desenho de um futuro manual do revisor de texto dirigido sobretudo a profissionais do meio editorial, pretende colmatar uma lacuna concreta na atividade profissional dos revisores portugueses: um instrumento orientador, dirigido aos profissionais da área, com técnicas e metodologias conformes às práticas da realidade nacional. Embora não se possa afirmar que exista uma total falta de informação, o que se verifica é a falta de guias consistentes e de pendor normalizador cujo conteúdo, por um lado, tenha sido obtido de forma sistemática e abrangente e, por outro, tenha em conta contributos atualizados e rigorosos da área da Linguística.

Igualmente, não será desprezível considerar a importância de um manual deste tipo para outros profissionais, como os coordenadores editoriais. Uma definição da atividade do revisor e dos seus princípios de atuação permitirá a melhoria da gestão de processos, evitando-se a sobreposição de tarefas por diferentes elos da cadeia de produção de textos: em concreto, as da figura do coordenador (motor de todo o processo editorial) face às do revisor (interveniente em fases pontuais do mesmo processo). Do ponto de vista da gestão editorial e até da gestão de recursos humanos afetos ao processo editorial, é de grande importância compreender, para melhor exigir, o que se pode esperar de um revisor de texto.

1.2. Objetivos

O objetivo geral deste trabalho é apresentar uma proposta de macroestrutura para um futuro manual dirigido a revisores linguísticos. Para a sua concretização, fixamos os seguintes objetivos específicos:

- (i) revisão de literatura;
- (ii) esboço dos conteúdos a figurar no manual;
- (iii) estruturação da informação;
- (iv) caracterização do registo e da forma de apresentação da informação;
- (v) estabelecimento de diligências no sentido de assegurar o desenvolvimento e a aplicação futura do projeto.

1.3. Metodologia

Tendo em vista alcançar os resultados associados aos objetivos elencados *supra*, elegemos como metodologia a seguinte:

- (i) pesquisa bibliográfica atinente à atividade de revisão linguística;
- (ii) prospeção e análise comparativa de manuais estrangeiros de vocação similar;
- (iii) recolha e sistematização de dados através de revisão de literatura;
- (iv) caracterização do futuro instrumento: objetivos específicos, público-alvo, registo;
- (v) definição de proposta de macroestrutura do futuro manual e redação da respetiva memória descritiva;
- (vi) realização de diligências para assegurar a concretização e posterior divulgação do manual;
- (vii) redação e revisão do trabalho de projeto.

1.4. Limitações e expectativas

Em virtude das limitações de tempo e de espaço subjacentes à realização deste projeto, torna-se inviável redigir o instrumento em si. Isso só poderá efetivar-se numa fase posterior à elaboração deste projeto, que se constituirá como um primeiro passo basilar e orientador.

Uma vez caracterizado o manual neste projeto, temos a expectativa de que se siga uma segunda fase, assente nos resultados das diligências realizadas tendo em vista a publicação do instrumento; para esse momento ficará reservada a redação integral do manual. Esta divisão em duas fases visa assegurar, tanto quanto possível, a exequibilidade do projeto.

Pretendemos que o livro resultante fortaleça o trabalho dos revisores de texto profissionais e contribua para melhorar a sua formação e aumentar o seu reconhecimento. O instrumento poderá importar igualmente a aspirantes e a iniciantes, a assistentes e coordenadores editoriais, a tradutores e a interessados pela língua portuguesa em geral.

Dada a função e a organização do setor editorial (recorde-se que o manual se destinará mais aos revisores que estão em contacto com o meio editorial do que àqueles que trabalham no contexto das publicações periódicas), é expectável e até desejável que tal instrumento venha a sofrer sucessivas revisões e atualizações. Isto decorrerá, nomeadamente, da boa adequação da função do revisor ao seu contexto profissional, muitas vezes em regime de trabalho autónomo.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Estado da arte

Além das gramáticas, dos dicionários e de algumas ferramentas digitais, o revisor profissional tem ao seu dispor poucos instrumentos, e ainda são menos os que recorrem a estudos feitos no âmbito das ciências da linguagem (como corroboram BISSAILLON, 2007; ROCHA & SILVA, 2010; COSTA, RODRIGUES & PENA, 2011; ROCHA, 2012). Segundo PASSOS & SANTOS (2011: 2), existe uma «escassez de manuais que tratam sobre o desempenho desse ofício», o que é confirmado por RIBEIRO (2007: 13) quando nota ter consultado «os poucos [manuais] que circulam em língua portuguesa atualmente».

Uma das consequências dessa escassez é a concepção comum de que *revisar* significa apenas corrigir, por exemplo, problemas ortográficos, de pontuação ou de concordância, segundo as prescrições dos instrumentos de normalização linguística, tendo em vista aspetos estruturais e uma abordagem normativista (como notado por BISSAILLON, 2007; OLIVEIRA, 2007; RIBEIRO, 2007; COELHO & ANTUNES, 2010). Porém, é possível — e desejável — estabelecer um diálogo entre os mais recentes estudos linguísticos e o trabalho dos revisores, como defendem BARBOSA (2012: 57) e POEL (2003: 33), que citamos: «theoretical knowledge and application in practice are reconcilable. The value of theoretical knowledge, especially of text linguistics, in the training of text editors should therefore not be underestimated».

Nesse sentido, POEL (2003) afirma que a revisão transcende o normativo e que o seu objeto não é apenas a língua, mas antes *o texto como um todo*. COELHO & ANTUNES (2010) apontam a existência de três tipos distintos de revisão, que podem ocorrer em simultâneo: revisão gráfica, revisão normalizadora e revisão temática. No que diz respeito ao seu objeto, MUNIZ JR. & SALGADO (2011) e BARBOSA (2012) defendem que o revisor manipula não só textos mas também discursos e que, conseqüentemente, deve ter em conta o autor, a finalidade, o público-alvo e as condições de produção. Na perspectiva de COELHO & ANTUNES (2010), o revisor também deve ter sempre presentes as características do género em causa, tanto as fundamentais quanto as opcionais, assim como questões de foro gráfico e temático.

No entanto, da análise da literatura sobressai, por um lado, uma dificuldade de encontrar unanimidade na definição do conceito de revisão, talvez resultado de abordagens monodisciplinares (COSTA, RODRIGUES & PENA, 2011) ou grafocêntricas (ROCHA, 2012), e, por outro, uma grande flutuação terminológica (YAMAZAKI, 2007; ROCHA, 2012), tanto em trabalhos lusófonos quanto em publicações anglo-saxónicas e francófonas (*revisão, correção, edição, preparação; proofreading, copyediting, language editing; correction, révision*). O que parece ser consensual é o facto de a revisão ser uma técnica alimentada por conhecimentos prévios e por procedimentos específicos (NEGRONI & ESTRADA, 2006) e de a sua finalidade ser preparar textos antes da sua circulação, para que a mensagem do autor chegue sem problemas ao destinatário (cf., por exemplo, MUNIZ JR., 2009).

OLIVEIRA (2007) e ROCHA & SILVA (2010) apontam mesmo a importância da função social da revisão de textos e sugerem que considerar a revisão um processo exclusivamente mecânico é julgá-la de forma equivocada e primitiva. De facto, as correções que a revisão implica podem mesmo ser vistas no quadro de um (difícil) processo de *interação* (OLIVEIRA, 2007) ou de *negociação* com o autor (ROCHA & SILVA, 2010; MUNIZ JR. & SALGADO, 2011), no qual se manifestam relações de poder (ROCHA, 2012).

Todavia, o que muitas vezes se verifica empiricamente é que alguns revisores justificam as suas alterações com argumentos de carácter impressionista e idiossincrático (YAMAZAKI, 2007), desprovidos de fundamentação baseada no «uso real da língua» (COSTA, RODRIGUES & PENA, 2011: 56), tendo frequentemente uma intervenção desadequada e incorrendo naquilo a que NEGRONI & ESTRADA (2006) chamam *sobrecorreção* ou *ultracorreção*.

A isso não será alheio o facto de os revisores se debaterem há muito tempo, em vários pontos do globo, pelo seu reconhecimento profissional (OLIVEIRA, 2007), situação que não difere do que acontece em Portugal. Daí decorre a importância da sua profissionalização, de forma organizada e regulada (POEL, 2003; ROCHA, 2012). Um dos vários passos necessários nesse sentido seria a publicação de instrumentos orientadores, que acabariam igualmente por ajudar a mitigar o empirismo com que esta «exigente atividade» (BISAILLON, 2007: 11) tem sido exercida.

2.2. Manuais existentes

No mercado editorial de língua inglesa, existem três grandes referências de publicações dirigidas a profissionais cuja atuação pode ser comparada à dos revisores de texto portugueses: BUTCHER, DRAKE & LEACH ([1975] 2009⁴), EINSOHN ([2000] 2006²) e GILAD (2007).

O primeiro, *Butcher's Copy-editing: The Cambridge Handbook for Editors, Copy-editors and Proofreaders*, é considerado um guia de referência já clássico. Baseia-se nas práticas da Penguin Books e da Cambridge University Press, mas dirige-se tanto a profissionais independentes como a colaboradores internos de instituições várias. Trata o conceito de *copy-editing* (edição de texto), as funções do *copy-editor* (editor de texto), a preparação dos textos para paginação (rotinas de limpeza, uniformizações), os limites de intervenção, a comunicação com o autor, as técnicas de revisão de provas, os livros de estilo e a intervenção em ficheiro digital. Estamos perante uma obra de grande fôlego (543 páginas), que distingue diversos tipos de *editing* (edição): (i) edição estrutural; (ii) edição de conteúdo; (iii) edição de uniformização; e (iv) edição de preparação do material para composição. Nela se afirma que a edição de texto seria a soma dos quatro últimos processos e que é possível tanto que haja um responsável diferente para cada uma das fases como que seja uma única pessoa a cuidar de todas elas. Assim, esta publicação foca-se mais em *edição profunda* do que em *revisão* e em tarefas mecanizadas no âmbito do processo de produção editorial, aproximando-se mais de um livro de estilo; além disso, ecoa exclusivamente a realidade anglo-saxónica, seja no tratamento de questões linguísticas, seja em matérias mais técnicas, relacionadas, por exemplo, com a uniformização necessária durante a fase de tratamento das diversas partes de um livro. Salientamos, no entanto, o seu contributo ao sublinhar a importância da uniformização e da consistência e ao explicar métodos de edição digital.

Já *The Copy Editor's Handbook: A Guide for Book Publishing and Corporate Communications*, de EINSOHN ([2000] 2006²), dirige-se especificamente a *copy-editors* que trabalhem com textos do domínio da não-ficção, nomeadamente na comunicação social e em contexto empresarial, e assume-se como um complemento aos livros de estilo, o que é notório no espaço dedicado a questões tipográficas e de normalização.

Divide-se em três partes: na primeira, apresentam-se tarefas, procedimentos e processos (funções do *copy-editor*, níveis de intervenção, técnicas em papel e em formato digital, livros de estilo, recursos bibliográficos e digitais); de seguida, trata-se da edição estrutural e de algumas convenções de uniformização; a terceira e última parte dedica-se à edição de conteúdo, em que se abordam questões linguísticas. A conceção apresentada é a de que o *copy-editor* serve o autor, o editor e os leitores, pelo que o profissional deve corrigir gralhas e inconsistências, erros gramaticais, erros factuais ou inconsistências de conteúdo e procurar clareza, coerência, consistência e correção, sempre ao serviço da comunicação. Contudo, a autora é explícita ao diferenciar *copy-editors* (editores de texto) de *proofreaders* (revisores de provas): os últimos seriam detetores de gralhas e surgiriam somente no final da cadeia de produção do livro. Refira-se, como ponto menos positivo, a defesa de que o profissional deve basear-se na sua intuição e no seu instinto acerca de quando intervir e no seu «sexto sentido» relativamente ao esforço que deve ser despendido quando da análise prévia de cada texto.

As 350 páginas de *Copyediting & Proofreading for Dummies*, de GILAD (2007), pretendem espelhar os 15 anos de experiência da autora. Bastante abrangente, divide-se em sete partes, onde trata, por exemplo, dos seguintes pontos: distinção entre *copy-editor* e *proofreader*; competências e técnicas do *copy-editor* e do *proofreader*; especificidades dos trabalhadores independentes. A distinção feita entre *proofreader* e *copy-editor* vai ao encontro daquela que se pode encontrar em EINSOHN ([2000] 2006²). O *proofreader* deve examinar textos, descobrir gralhas e corrigi-las, ao passo que o *copy-editor* vê serem-lhe atribuídas mais responsabilidades: está mais próximo do autor, tem contacto com o texto em primeiro lugar, e a sua intervenção é maior: devem preocupá-lo questões linguísticas, de conteúdo e estruturais. Ainda que as duas atuações tenham alguns pontos de contacto, o *proofreader* é visto mais como um «escrutinador» (112). Embora se centre na realidade norte-americana e de língua inglesa, este manual é interessante não só pelo seu tom ameno e, por vezes, cómico (característica da coleção em que este livro se insere) mas também pela sua considerável abrangência (trata de realidades tão distintas como ficção e não-ficção, livros e imprensa, papel e ficheiro eletrónico). Além disso, aponta claramente a

importância do público-alvo e dos livros de estilo e defende decisões informadas e a dúvida metódica, desfazendo alguns mitos associados à atividade.

No mercado editorial francófono, encontramos um instrumento incontornável: *La Révision Linguistique en Français*, de LACHANCE (2006). Manual de 208 páginas publicado no Canadá, assume-se como resultado dos 20 anos de experiência profissional da autora. Divide-se em sete partes, com os seguintes núcleos temáticos: (i) conceito de revisão; (ii) o que se deve corrigir; (iii) o que se deve melhorar; (iv) a técnica de revisão; (v) como rever ao computador; (vi) competências pessoais e formação do revisor; (vii) caracterização do revisor na qualidade de trabalhador autónomo. Remata com uma listagem de recomendações bibliográficas e algumas ferramentas de trabalho comentadas. A autora foca-se na revisão de originais (ou unilingue), por oposição à revisão de tradução, e faz deste instrumento um manual de orientação prática, desprovido de um discurso teórico, explicitamente dedicado ao profissional independente. Tem uma visão da atividade de revisão que supera a noção de correção do desvio à norma: considera que pode haver uma revisão mais profunda, de foro estrutural, por vezes em simultâneo com a revisão linguística. Não deixa de sublinhar que uma boa revisão se situa dentro de alguns limites, que deve ser sempre passível de justificação e que deve ter em conta a norma e o uso, o contexto, o público-alvo e as orientações recebidas do cliente. Embora tome como base a realidade canadiana e a especificidade da língua francesa, este manual tem o mérito de usar um tom que aproximaríamos do didático e de apresentar exercícios comentados, defendendo sempre uma postura de rigor desprovido de rigidez.

A segunda grande referência no âmbito dos manuais francófonos é *Pratique de la Révision*, de HORGUELIN & PHARAND ([1978] 2009⁴), cuja primeira edição data de há 35 anos e posiciona o Canadá como um país pioneiro no ensino da revisão de textos enquanto disciplina. Dirige-se sobretudo a estudantes de tradução e artes da escrita, tendo como segundo público revisores e tradutores. Articula-se em três partes: (i) princípios, parâmetros e técnicas da revisão, em que se apresenta o conceito de revisão, alguns estudos de caso, técnicas de revisão em papel e digital, a dimensão profissional da atividade; (ii) exercícios práticos de revisão unilingue e bilingue, de autorrevisão e inter-revisão; (iii) ferramentas do revisor, com um glossário com cerca

de 200 termos e por volta de 130 recomendações bibliográficas. Sublinhamos como pontos positivos os seguintes: do ponto de vista dos limites de intervenção, a defesa de critérios objetivos de qualidade, por oposição a uma atuação subjetiva; a abordagem da questão da norma vs uso, da revisão purista vs laxista, ao localizar a solução no registo de língua e no reconhecimento da existência de várias normas; o sublinhar da importância do destinatário do texto; e, por fim, a apresentação da figura do revisor como um especialista da língua. Contudo, trata-se de um manual pouco abrangente, por se focar sobretudo na revisão de tradução (bilingue ou comparativa) e por situar o revisor no seio de uma equipa num contexto de tradução, constituindo-se como contraponto de LACHANCE (2006).

No âmbito do mercado lusófono, o pequeno *Manual do Revisor* de MALTA (2000), publicado no Brasil, baseia-se nos 35 anos de experiência profissional do autor. Encontra-se estruturado em nove capítulos e contém um apêndice relativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 e uma listagem de bibliografia comentada. O autor apresenta, por exemplo, o seu conceito de revisão, os requisitos indispensáveis a um bom revisor, técnicas de revisão, instrumentos de trabalho, o mercado de trabalho e alguns exemplos comentados. Trata-se de um manual de postura conservadora que revela uma visão redutora do papel do revisor: este não seria mais do que um verificador e aplicador mecânico da norma linguística, cuja atuação dispensaria reflexão crítica. O autor avança que o profissional deve conhecer a gramática e a ortografia e ter uma cultura enciclopédica, mas não é sem contradição que acaba por afirmar que a «revisão exige [...] sentido crítico» (28) e que «[é] preciso aceitar certos modismos, é preciso — ousamos dizê-lo — às vezes até atropelar um pouco o rigor da gramática» (84). A própria definição de revisão apresentada colide com o que é depois descrito como funções do revisor, cujo objeto seria o texto do ponto de vista tradicional, isto é, não se sublinha a importância de outros elementos semióticos como componentes da mensagem. O tom violento das suas condenações (espelhadas nas escolhas vocabulares e no uso de pontuação expressiva) e a sua perspetiva normativa, ancorada na Gramática Tradicional, concorrem para caracterizar este manual como datado e desadequado, incapaz de oferecer o conjunto alargado de ferramentas e reflexões necessárias ao profissional dos dias de hoje.

A segunda publicação lusófona digna de menção é *Além da Revisão: Critérios para revisão textual*, de COELHO NETO (2008²). Este manual — dirigido a revisores, mas também a linguistas, estudantes, jornalistas, publicitários e interessados pela língua em geral — distingue-se desde logo pela sua apresentação gráfica: o uso de argolas transmite a imagem de um instrumento de uso constante, como qualquer manual que se pretenda afirmar como um *vademecum*, à semelhança de HORGUELIN & PHARAND ([1978) 2009⁴). Com exercícios práticos e tabelas e listagens úteis, encontra-se estruturado em 11 capítulos, nos quais dá conta de temas como: história da escrita; história da revisão textual; o preconceito linguístico e as obras de divulgação de cariz purista; conceito de revisão e funções do revisor; limites de atuação do revisor e instrumentos para o seu trabalho; o processo de revisão; o quotidiano do revisor; memórias de revisão; normalização de citações, notas e referências. COELHO NETO (2008²) afasta-se de MALTA (2000) no sentido em que incorpora alguns elementos oriundos de estudos recentes da Linguística, como a importância do género textual, do contexto de produção e da variação linguística, além de não esquecer a interação do revisor com o autor e com os outros trabalhadores do texto e do tato que o revisor deve demonstrar nesses relacionamentos. A comprovar o seu carácter mais inovador estão: a proposta do uso de gramáticas descritivas além das normativas; a sua conceção de língua como organismo dinâmico e em constante evolução; e o recurso às noções de coerência e coesão textual. Outro aspeto positivo a notar é a apresentação daquilo a que chama memórias de revisão, um registo do revisor no qual se encontram plasmadas as opções feitas e no qual se solicita a intervenção do autor quanto a determinada questão; trata-se de uma útil e inteligente estratégia de criação de um histórico das decisões tomadas durante a revisão e da solicitação de resolução de questões que superam as competências do revisor e que cabe ao autor resolver.

2.3. Balanço

Estabelecido o Estado da Arte e estudados os principais manuais disponíveis no mercado, verificamos que o conceito de revisão nem sempre é coincidente e que há uma grande flutuação terminológica. No que diz respeito à análise comparada dos manuais, registamos que há, por vezes, incoerência entre a noção de revisão e as

funções que são imputadas ao revisor. A descrição do processo de revisão varia largamente, e nem sempre se contempla a importância da interação revisor/revisados e de uma revisão focada no destinatário e adequada ao contexto de circulação do texto.

Estamos assim em condições de afirmar que, na maior parte dos manuais de referência, não se contemplam as reflexões dos estudos que têm vindo a ser publicados sobre revisão. Há trabalhos muito recentes (como os que têm sido produzidos no Brasil em particular, de que destacamos ROCHA, 2012) cujas conclusões urge fazer chegar aos profissionais da área, com o intuito de combater o primarismo com que a atividade de revisão de texto tem vindo a ser exercida por alguns revisores, que se assumem como meros detetores de gralhas ou corretores de ortografia.

Ajudar a contrariar essa realidade é o objetivo deste trabalho, que se consubstanciará na delimitação da estrutura e dos conteúdos de um novo manual (capítulo 3) e na procura de assegurar a sua difusão por meio da sua futura publicação (capítulo 4).

3. MEMÓRIA DESCRITIVA DO MANUAL DO REVISOR DE TEXTO

Esta memória descritiva pretende estabelecer as principais características e fazer o esboço da totalidade dos conteúdos do futuro instrumento a que provisoriamente chamamos *Manual do Revisor de Texto*. Como metodologia, elegemos:

- (i) a análise, seleção e síntese de conteúdos dos manuais analisados no ponto 2 deste trabalho;
- (ii) a incorporação dos resultados dos estudos mais recentes sobre revisão, mencionados no Estado da Arte;
- (iii) e, por fim, a integração de investigação feita na área dos Estudos Linguísticos e que consideramos relevante num instrumento desta natureza.

3.1. Caracterização do instrumento

3.1.1. Objetivos

O futuro *Manual do Revisor de Texto* será norteado pelos seguintes objetivos específicos:

- (i) constituir-se como um instrumento orientador que contemple os princípios da atividade de revisão de texto e que tenha como base a realidade portuguesa;
- (ii) ser um guia consistente e normalizador cujo conteúdo contemple contributos atualizados e rigorosos da área da Linguística;
- (iii) contribuir para o fortalecimento do trabalho dos revisores de texto profissionais, sem deixar de contribuir para a melhoria da sua formação e para o seu reconhecimento.

O seu público-alvo primordial são os revisores de texto profissionais, autónomos ou não. Dirigir-se-á igualmente a aspirantes e a iniciantes, sem esquecer assistentes e coordenadores editoriais, tradutores e interessados pela língua portuguesa em geral. Ainda que possa importar a profissionais de qualquer área que trabalhem com textos escritos, este manual referir-se-á mais à área de edição de livros e menos a realidades idiossincráticas de grande especificidade, como as publicações periódicas (jornais e revistas).

Pretende-se adotar, por um lado, um registo claro e direto, regido por uma lógica didática e informativa, e, por outro, uma forma de apresentação que conte com vários níveis de titulação, por uma questão de facilidade de consulta do instrumento.

3.1.2. Suportes

O desenho do futuro instrumento é feito em função da sua materialização em dois suportes distintos: físico e digital. Desta forma, estará ao alcance de um público mais vasto e poderá apresentar preços diferenciados em função do suporte escolhido. Esta opção justifica-se também pela tendência vigente de a edição se assumir como uma indústria cultural de conteúdos em novas plataformas, como corroborado pela UNESCO (2006):

The dramatic development of the internet, e-commerce and digital file formats in particular has profoundly changed the way people create, work in and “consume” culture over the last 20 years and any new methodologies must take this into account.

3.1.2.1. Suporte papel

Pre vemos que o futuro instrumento, ao almejar constituir-se como um *vademecum*, tenha uma dimensão adequada à sua desejada funcionalidade. Assim, de modo a poder encontrar-se sempre acessível e transportável, não deverá exceder um total de cerca de 250 páginas.

3.1.2.1.1. Conceito gráfico e aspetos de produção

Em termos de conceito gráfico, o livro deverá respeitar as seguintes características:

- existência de margens generosas para permitir anotações;
- escolha do tipo de letra em função do favorecimento de uma boa leitura;
- previsão de esquemas e quadros, para uma mais fácil e rápida apreensão da informação;
- previsão de um índice remissivo final, para uma melhor consulta da obra.

Relativamente a aspetos ligados à produção, consideramos indispensável a observância dos seguintes pontos:

- o papel escolhido deverá ser adequado à escrita, tanto de notas pessoais como para a resolução de exercícios;
- o livro deverá ser cosido, e não colado, por uma questão de resistência e durabilidade.

3.1.2.2. Suporte digital

A opção por uma versão digital da obra deve-se às seguintes razões:

- custos mais reduzidos, não só do ponto de vista da produção como também do público-alvo;
- possibilidade de personalização de configuração: tipo de letra e sua dimensão, entrelinha ou cor de fundo;
- possibilidade de integração de hiperligações, que permitem uma maior associação com outros temas ou o esclarecimento de dúvidas no espaço de poucos segundos;
- possibilidade de leitura no escuro ou com pouca luz;
- disponibilidade permanente da obra, por não se verificar a noção de «esgotado».

Além disso, poderemos fazer uso de várias estratégias que enriquecerão a obra face à sua versão física. Serão elas:

- recurso a hiperligações que remetam para sítios em linha que ilustrem determinada questão;
- recurso a vídeos, nomeadamente do revisor em atuação;
- disponibilização do manual em três formatos: PDF, ePub e MOBI, os mais difundidos e possíveis de ser lidos pelos principais aparelhos atualmente existentes no mercado;
- ligação às redes sociais Facebook e LinkedIn, para se constituir como uma base para discussão de temas relevantes, em que se criará uma página para a comunidade de revisores portugueses.

3.2. Justificação e descrição da estrutura

Do ponto de vista macroestrutural, a hierarquia e sequência da informação rege-se segundo um critério de lógica progressiva. Contudo, é também nosso intento construir capítulos temáticos dotados de uma relativa autonomia que possam responder a dúvidas específicas. Desta forma, o manual poderá sofrer dois tipos de leitura: por um lado, uma leitura sequencial; por outro, uma leitura de consulta para resolução de dúvidas relativamente a temas específicos, para o que também contribuirá o índice remissivo final.

Prevemos que o instrumento contemple sete capítulos:

- (i) A revisão;
- (ii) O revisor;
- (iii) As condicionantes da intervenção do revisor;
- (iv) Questões linguísticas;
- (v) Técnicas de revisão;
- (vi) Instrumentos do revisor;
- (vii) A revisão enquanto atividade autónoma.

Apresenta-se de seguida a descrição da estrutura do futuro *Manual do Revisor de Texto*, com a indicação dos conteúdos a figurar. O sumário da obra encontra-se no anexo 1 do presente trabalho.

PARATEXTOS INICIAIS

Os paratextos iniciais serão os que a seguir se elencam:

- (i) índice geral do livro;
- (ii) índice de quadros e figuras;
- (iii) lista de abreviaturas e símbolos;
- (iv) agradecimentos;
- (v) preâmbulo, com a apresentação da obra e dos seus objetivos;
- (vi) prefácio, da autoria de um revisor de reconhecido mérito no mercado editorial português.

CAPÍTULO 1: A REVISÃO

Este primeiro capítulo pretende fazer uma apresentação abrangente do conceito de revisão de texto e será constituído por seis subpontos: história da revisão; conceito de revisão; tipos de revisão; revisão e edição; parâmetros de revisão; áreas de intervenção linguística.

A. História da revisão

Esta secção pretende fazer um sintético mas abrangente historial da atividade de revisão de textos no mundo. Começando com o advento da imprensa (século xv), passando pela implementação do uso de erratas (século xvi), até ao surgimento dos livros eletrónicos (finais do século xx), desenhar-se-á um panorama da evolução da figura do revisor no contexto da produção de textos escritos com vista à sua publicação e circulação públicas. Analisar-se-á também a própria categoria profissional no contexto mais lato da edição, mas no contexto português, numa tentativa de

compreender os motivos que levaram ao não reconhecimento da profissão, assim como os danos daí decorrentes.

B. Conceito de revisão

Aqui será apresentada e desenvolvida a nossa proposta de conceito de revisão, que se encontra genericamente formulada no quadro 1.

Conceito	Definição
Revisão de texto	Atividade de leitura crítica de um texto tendo em vista melhorar a sua qualidade e facilitar a comunicação entre o seu autor e o público-alvo, resolvendo problemas existentes do ponto de vista formal, organizacional ou informacional, por meio de operações de adição, supressão, substituição ou deslocação, ou através da apresentação de sugestões de alternativas.

Quadro 1: Definição do conceito de revisão de texto

C. Tipos de revisão

Definir-se-ão neste ponto os vários tipos de revisão adstritos à produção editorial de livros (quadro 2).

Tipo de revisão	Definição
Revisão de normalização	Procura a normalização linguística, tipográfica ou ambas em simultâneo. Como busca sobretudo regularizar situações de incoerência formal, é de mais fácil execução se for feita em suporte digital, por meio de sucessivas

	<p>operações automatizadas. É orientada por critérios idealmente pré-definidos pelo cliente no seu livro de estilo, nomeadamente no que diz respeito a questões de formatação (como utilização de negritos, itálicos ou sublinhados) e a critérios tipográficos (hierarquia de aspas, versaletes, numeração). Operação imprescindível, constitui-se como a etapa inicial de um processo de revisão mais vasto e complexo, mas, por vezes, devido a condicionantes de tempo ou orçamento, acaba por ser a única intervenção possível.</p>
<p>Revisão tipográfica</p>	<p>Executada em prova, implica a verificação, por um lado, de questões estruturais (por exemplo, a divisão das várias secções, a chamada e a resposta das notas de rodapé, as regras de translineação) e, por outro, de questões de foro gráfico (como o tratamento de citações, a utilização de itálicos e negritos, a formatação de tabelas e gráficos).</p>
<p>Revisão linguística</p>	<p>Leitura minuciosa e metódica de um texto tendo em vista a sua correção linguística e a sua eficácia comunicativa. Implica a correção de problemas ortográficos, sintáticos e de pontuação, de incoerências de soluções linguísticas, de construção de referência, mas também a supressão de gralhas que não dependem do conhecimento linguístico do autor do texto. Guia-se primordialmente pelas diretrizes fornecidas pelo cliente, sem com isso ignorar todas as convenções que ali não se encontrem expressas e sem impor ao texto as idiosincrasias linguísticas do revisor.</p>
<p>Revisão de conteúdo</p>	<p>Visa corrigir inconsistências e incorreções ao nível da informação veiculada no texto. Dedicar-se à correção factual e à eliminação de falhas de lógica.</p>

<p>Revisão de tradução</p>	<p>Avalia a qualidade de uma tradução através da comparação do texto de chegada com o texto-fonte. A verificação pode ser parcial ou total, por meio de uma leitura comparativa integral ou aleatória. Sana questões como: problemas de transposição de significado; existência de elementos que não tenham sido traduzidos; insucesso ao veicular a mensagem do texto-fonte; existência de erros factuais originados pelo tradutor; falta de fluidez e clareza do texto; desrespeito pelo livro de estilo do cliente. O revisor deverá encontrar um equilíbrio entre exatidão e legibilidade, bem como rever o texto segundo a sua adequação ao público-alvo.</p>
-----------------------------------	--

Quadro 2: Tipos de revisão e respetiva definição

D. Revisão e edição

Esta secção destina-se a distinguir dois conceitos comumente confundidos em Portugal: *revisão* e *edição*; no mundo anglo-saxónico e francófono, as duas realidades encontram-se muito bem delimitadas. Para isso, à luz das definições apresentadas no ponto anterior, definiremos a noção de edição de acordo com a formulação e os vários parâmetros indicados no quadro 3.

<p>Conceito de edição</p>	<p>Tarefa por vezes solicitada aos revisores de texto, mas que difere dos vários tipos de revisão indicados no sentido em que implica uma maior intervenção no texto original, se não mesmo a sua reescrita. Deve anteceder a fase de revisão propriamente dita, pois poderá obrigar à seleção de novos conteúdos ou à eliminação/adaptação de outros; nalguns casos, o texto poderá ter de ser completamente reformulado. Trata-se da resolução de problemas num momento pré-</p>
----------------------------------	--

	<p>-paginação, de modo a evitar perdas de tempo e dinheiro. Exige alguma comunicação com o autor, no âmbito de um trabalho colaborativo. O processo de edição diferirá substancialmente se se tratar de um texto de ficção ou não-ficção e envolve sugestões de cortes ou inserções, o que supõe uma intervenção na macroestrutura do texto. Este trabalho de reescrita é um prolongamento da atividade de escrita e pretende colmatar eventuais falhas de fundo no âmbito da eficácia comunicacional. Opõe-se à revisão, portanto, na medida em que esta última se constitui como uma fase avançada no âmbito da produção do texto e porque, nalguns casos, a edição pode implicar igualmente a preparação e divisão do manuscrito em secções para paginação.</p>
<p>Parâmetros de edição</p>	<p>A edição visa assegurar o ritmo e a fluência do texto; a sua correção factual; a sua coerência e consistência; a sua adequação ao público-alvo; a adequação da sua estrutura; assim como a inexistência de repetições, ambiguidades e redundâncias.</p>

Quadro 3: Definição do conceito e dos parâmetros de edição

E. Parâmetros de revisão

Este ponto pretende estabelecer quais são os parâmetros por que o revisor se deve reger e oferecerá a respetiva explicação, com recurso a exemplos contrastivos. A par da dimensão do texto a ser revisto e do tempo disponível para a realização do trabalho, tais parâmetros são os que a seguir se elencam:

- correção de conteúdo;
- exatidão;
- registo de língua;
- adequação ao destinatário;

- eficácia comunicacional;
- coesão e coerência textual;
- legibilidade;
- organização gráfica.

F. Áreas de intervenção linguística

Aqui comentar-se-ão alguns tópicos linguísticos que deverão ser alvo da atenção do revisor. Além da ortografia, da pontuação e da sintaxe, existem outros domínios que podem beneficiar de melhorias, desde que passíveis de serem justificadas com base em obras de referência, e nunca de forma gratuita ou impressionista. Assim, focar-se-ão, acompanhados de exemplos ilustrativos, tópicos como os a seguir apresentados:

- ambiguidades;
- arcaísmos que prejudiquem a clareza do texto e estrangeirismos desnecessários quando existe uma forma portuguesa dicionarizada;
- cacofonias;
- conformidade do texto ao registo pretendido;
- contradições;
- pleonasmos;
- precisão terminológica;
- redundâncias.

CAPÍTULO 2: O REVISOR

O segundo capítulo tem como objetivo caracterizar a figura que exerce a atividade de revisão de texto e será constituído por quatro temas: funções do revisor; competências do revisor; contextos de atuação; interações do revisor.

A. Funções do revisor

Nesta secção descrever-se-ão quais são as funções do revisor. Genericamente, são as que de seguida se enumeram:

- ler criticamente e verificar a consistência e correção de um texto original ou traduzido;
- ajudar o autor, por meio da eliminação de imprecisões e incoerências, a estabelecer uma relação com o leitor baseada na assunção de que o texto não padece de problemas graves do ponto de vista da mensagem;
- melhorar a qualidade e a eficácia da comunicação escrita, procurando apreender qual o assunto, o objetivo, o público-alvo, o género, o suporte e a dimensão do texto.

B. Competências do revisor

Estabelecer-se-ão neste ponto as competências *ideais* de um revisor, explicando-se que as características pessoais e profissionais do revisor, enquanto mediador entre autor e leitor, influenciam o seu trabalho de forma decisiva. Serão comentadas as seguintes competências:

- formação na área de Línguas e Literaturas, Tradução, Linguística;
- conhecimentos aprofundados de língua portuguesa e capacidade de reflexão metalinguística;
- conhecimento de línguas estrangeiras;
- domínio dos diversos géneros textuais e das suas especificidades;
- boa cultura geral e capacidade de pesquisa;
- capacidade de concentração e meticulosidade;
- capacidade de negociação e de cumprimento de prazos;
- dúvida metódica e sentido crítico;
- postura de rigor sem rigidez.

C. Contextos de atuação

Ainda que o manual se dirija primordialmente aos revisores que atuam na área editorial, referir-se-ão neste ponto outros possíveis contextos de atuação para esses profissionais. Explicaremos que tais contextos, naturalmente, implicam métodos e processos específicos, ainda que o trabalho de um revisor seja sempre fundamentalmente o mesmo. Além das casas editoriais, indicaremos que os revisores podem exercer a sua atividade, seja de forma dependente ou autónoma, nos seguintes domínios:

- comunicação social, especialmente no âmbito das publicações periódicas;
- agências de publicidade;
- organismos públicos;
- empresas privadas.

D. Interações do revisor

As relações que o revisor estabelece paralelamente à sua atuação serão o objeto deste ponto. Elencaremos as principais interações passíveis de ocorrer durante o processo de revisão, nomeadamente com o cliente que atribui o trabalho (assistente ou coordenador editorial), com o autor do texto, com o seu eventual tradutor e com o paginador. Explicitaremos que a influência de cada uma destas figuras varia consoante os casos e que por vezes se trata, na verdade, de relações de poder, com posturas autoritárias e não colaborantes, ao invés de uma saudável relação dialógica em prol do leitor final do texto. De facto, há casos de necessidades em conflito, em que o autor considera que bastaria uma revisão contra gralhas, enquanto o cliente considera ser necessária uma revisão mais profunda — ou o inverso.

Além da preocupação primordial que deve constituir o leitor, importará sublinhar igualmente que a revisão pode implicar interação entre o profissional e o autor no sentido da resolução de questões que transcendem a dimensão verbal e que

se prendem com a especificidade do texto e do seu gênero, com as suas condições de produção, recepção e circulação.

Por fim, faremos algumas recomendações com o intuito de facilitar tais interações. Estabelecer uma boa relação com o autor do texto é primordial no sentido de o ajudar a ser bem-sucedido, pelo que o tom das comunicações será fulcral; por outro lado, focaremos processos de negociação, em que a cedência do revisor nalguns casos menos importantes pode significar a cedência do autor em casos mais graves na ótica do profissional.

CAPÍTULO 3: AS CONDICIONANTES DA INTERVENÇÃO DO REVISOR

Este capítulo dará conta dos fatores que balizam e condicionam a atuação do revisor e será constituído por cinco temas: mandato de revisão; público-alvo; livros de estilo; prazos; remuneração. Antes de descrever cada uma delas, apresentaremos e comentaremos a nossa definição de *limites de intervenção*, patente no quadro 4.

Conceito	Definição
<i>Limites de intervenção do revisor</i>	Limites razoáveis dentro dos quais o revisor deve atuar como leitor-descodificador e decisor linguístico, devido ao potencial insucesso do autor nos seus objetivos de comunicação. São definidos pelas regras da norma padrão e pelas regras do cliente, plasmadas no seu livro de estilo. Podem ser maiores quando o cliente não apresenta diretrizes, pelo que o revisor deve usar o seu discernimento e experiência para levar a cabo o trabalho; nesse caso, a sua intervenção não deve ser arbitrária: ao verificar as tendências existentes no texto, deve atuar sobretudo como um normalizador, e será o texto a ditar o tipo e a extensão da intervenção. Os limites de atuação variarão também conforme se trate de ficção ou não-ficção, de um original

	ou uma tradução. Em qualquer dos casos, o revisor deve ter bom senso, ser fiel à voz do autor ou tradutor e nunca reescrever o texto do início ao fim (procedimento que extravasa os limites da própria edição).
--	--

Quadro 4: Definição do conceito de limites de intervenção do revisor

A. Mandato de revisão

Este parâmetro refere-se à informação por vezes dada pelo cliente sobre a revisão que pretende ver feita e que define a tarefa do revisor em cada caso, através da definição de limites orientadores de atuação; na ausência deste mandato, o profissional deverá procurar saber junto do cliente quais são as suas expectativas.

Trataremos, portanto, de alguns dos aspetos que podem constituir este parâmetro:

- Tipo de revisão pretendido: linguística, tipográfica, de normalização, de conteúdo ou de tradução.
 - Esta informação permite que o revisor conheça as dimensões a que deve dedicar-se especificamente.
- Suporte de revisão: a revisão deverá ser feita em papel ou em ficheiro digital?
 - Tal orientação permite delinear a metodologia de trabalho.

B. Público-alvo

O destinatário do texto reveste-se de grande importância como parâmetro de atuação do revisor: o texto deve ser adaptado em função do público-alvo, tendo em vista a sua eficácia comunicacional. Nesse sentido, comentaremos o imperativo de o revisor se preocupar com as necessidades do público-alvo, cuja identificação pode emergir do próprio texto ou ser fornecida pelo cliente que atribui o trabalho.

C. Livros de estilo

Trata-se de documentos que albergam um conjunto de instruções voltadas para a uniformização, seja ela linguística, tipográfica ou de estilo. Nem todas as casas editoriais possuem um livro de estilo, e as que o têm nem sempre o facultam aos seus revisores. À luz desse facto, recomendaremos que o revisor indague, quando da aceitação do trabalho, se existem instruções específicas ou opções preferenciais e defenderemos o facto de os livros de estilo assegurarem consistência e permitirem que o revisor tenha uma atuação coerente.

D. Prazos

Este parâmetro, referente ao período determinado para a entrega de um trabalho, reveste-se de grande importância na medida em que pode condicionar, por si só, toda a abordagem do revisor. Nesse sentido, sugeriremos que o profissional deve sempre tentar negociar os prazos em função da natureza e dos problemas de cada projeto e apontaremos algumas explicações para o irrealismo de alguns prazos impostos por certos clientes:

- a deficiente capacidade de planeamento e de gestão de projetos por parte de quem atribui o trabalho;
- o facto de, uma vez que se encontra praticamente no fim da cadeia de produção do livro, o revisor acabar por ser penalizado pelos atrasos de todos os profissionais que o precederam no fluxo de trabalho;
- o coordenador editorial ou desconhece as dificuldades de um dado projeto, ou prefere ignorá-las em detrimento de uma publicação atempada, com gravíssimas implicações em termos de qualidade e, em última análise, de imagem da casa editorial.

E. Remuneração

Tal fator, relacionado sobretudo com o prazo atribuído para dado projeto, tem o poder de afetar a abordagem adotada pelo revisor, pelo que proporemos que deve ser negociado em função da complexidade da tarefa exigida.

CAPÍTULO 4: QUESTÕES LINGUÍSTICAS

O quarto capítulo dedicar-se-á às questões linguísticas e será constituído por quatro temas: instrumentos de normalização linguística; áreas críticas da língua; norma e variação; e, por fim, purismo linguístico.

A. Instrumentos de normalização linguística

Abordaremos neste ponto as obras através das quais se implementa a normalização linguística, resultado do respeito pelas regras da norma padrão. Começaremos por explicar que se trata de obras de referência, como dicionários e gramáticas normativas, e de obras de divulgação, como prontuários, guias e manuais, que se afirmam para o revisor como repositórios de argumentos de autoridade. Aconselharemos, no entanto, que se conheçam as questões controversas que tornam algumas das suas diretrizes discutíveis e que se reconheça a inadequação de alguns desses instrumentos face às necessidades dos seus utilizadores. É premente que o revisor tenha sempre presente o contraste prescrição/uso, reconheça a existência de zonas de mudança em curso na língua e esteja familiarizado com contradições e omissões que tais instrumentos encerram.

B. Áreas críticas da língua

Apresentaremos áreas de instabilidade da língua portuguesa que revelam tendências de mudança em curso e que evidenciam uma oscilação entre o uso da língua e as prescrições da gramática normativa. Explicaremos que se trata de sintomas de mutações da norma linguística que indiciam fenómenos de rutura e exemplificaremos com a forma e a posição dos pronomes clíticos, a concordância verbal com sujeitos complexos, as orações relativas preposicionadas e os contextos de ocorrência de infinitivo flexionado.

C. Norma e variação

Os revisores lidam diariamente, e muitas vezes de forma intuitiva, com a complexa questão da variação linguística. Por isso, tentaremos desmistificar neste ponto a ideia de que a língua é idêntica para todos os seus falantes. Explicaremos o conceito de variação linguística e observaremos o reconhecimento de usos «corretos» e «incorretos» da língua, sendo graças à norma, de natureza prescritiva, que é possível estabelecer essa distinção. Apontaremos, nesse sentido, que as regras da gramática normativa, ainda que podendo ser consideradas arbitrárias, conferem alguma estabilidade à modalidade escrita da língua e orientação ao revisor; apesar disso, ele não deverá ignorar os diferentes usos, sob pena de sacrificar a eficácia comunicacional do texto.

D. Purismo linguístico

Pretendemos nesta secção apresentar e discutir o conceito de purismo linguístico, revisão purista e comandos paragramaticais, em articulação com a tarefa do revisor (quadro 5).

Conceito	Definição
<i>Purismo linguístico</i>	Conceção de língua ideal, imutável e perfeita, afastada da visão das línguas como sistemas dinâmicos. Pressupõe a necessidade de preservar a língua nacional contra influências externas, tidas como perniciosas.
<i>Revisão purista</i>	Revisão intolerante que pretende sanear estrangeirismos, sejam eles lexicais ou sintáticos.
<i>Comandos paragramaticais</i>	Noção de BAGNO (1999: 76), referente a «todo esse arsenal de livros, manuais de redação de empresas jornalísticas, programas de rádio e de televisão, colunas de jornal e de revista, CD-ROM's, “consultórios gramaticais” por telefone e

	por aí afora», que se constituem como agentes transmissores de ideias equivocadas acerca da língua.
--	---

Quadro 5: Definição dos conceitos de purismo linguístico, revisão purista e comandos paragramaticais

Pretendemos mostrar que o revisor, utilizador paradigmático dos instrumentos de normalização linguística, se vê frequentemente confrontado com o discurso purista. Este último é facilmente reconhecível, pois recorre a expressões pejorativas — «mácula», «termo bárbaro», «forma impura» ou «corrupção da língua», por exemplo —, ao mesmo tempo que apresenta dualidades como correto vs. incorreto, bom vs. mau, numa lógica de valoração prescritiva que dita as formas que devem ou não ser usadas. Recomendaremos, portanto, que o revisor questione a pertinência, o fundamento e a validade das prescrições que encontra em determinados instrumentos e que tenha uma postura ativa e as manipule criticamente. Isto contribuirá para quebrar a já longa tradição de os revisores herdarem passivamente vícios e preconceitos.

Por outro lado, aproveitaremos para focar o contraponto do purismo, o laxismo, nomeadamente no que diz respeito à utilização excessiva e injustificada de formas estrangeiras quando já se encontram dicionarizadas formas portuguesas equivalentes. Salvaguardaremos, no entanto, o caso de domínios técnicos — por exemplo, o *marketing* —, em que se torna necessário respeitar o respetivo socioleto, sob pena de se afetar a eficácia comunicacional do texto.

CAPÍTULO 5: TÉCNICAS DE REVISÃO

Este capítulo apresentará algumas técnicas de revisão e será constituído por duas partes: a primeira debruçar-se-á sobre os distintos suportes em que se pode apresentar o texto a ser revisto; a segunda, dedicada a metodologias de revisão, dividir-se-á em cinco tópicos: etapas de revisão de provas; técnicas de leitura; estratégias de deteção e resolução de problemas; recomendações de boas práticas; exemplos e exercícios.

A. Suportes

Pretendemos ilustrar neste ponto os diferentes suportes em que o trabalho de revisão pode ser feito (em suporte digital ou em papel), identificando as implicações de cada um.

No caso da revisão em suporte digital, apontaremos as suas principais vantagens e inconvenientes, as fases inerentes ao processo e, por fim, os programas mais utilizados (quadro 6).

Revisão em suporte digital	
Vantagens	Poupança de tempo e esforço, devido à possibilidade de recurso a tarefas automatizadas aplicadas a todo o documento.
Inconvenientes	Tendência para se fazer uma revisão mais profunda do que o necessário, devido à facilidade de manipulação do texto.
Fases	<ol style="list-style-type: none">1) Reserva do ficheiro original e criação de uma cópia sobre a qual se fará a revisão;2) aplicação de rotinas de normalização prévia;3) ativação do registo de alterações;4) revisão;5) verificação global das correções feitas.
Programas	Revisão unilingue: Microsoft Word; OpenOffice; PDF. Revisão bilingue: Microsoft Word; Studio; memoQ.

Quadro 6: Caracterização da revisão em suporte digital

Relativamente à revisão em suporte papel, mais conhecida como revisão de provas, indicaremos as suas vantagens e inconvenientes, caracterizaremos os

protocolos de notação e trataremos da sinalética portuguesa através da apresentação das convenções e da sua aplicação em exemplos concretos (quadro 7). Relativamente a esta última, sublinharemos que o seu desconhecimento provoca contratempos e pode dar origem a problemas quando da implementação de correções por parte de terceiros.

Revisão em suporte papel	
<i>Vantagens</i>	Induz uma maior contenção e ponderação na aplicação de correções.
<i>Inconvenientes</i>	Processo mais moroso devido à impossibilidade da aplicação instantânea de uma correção em todo o documento.
<i>Protocolos de notação</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A marcação deve ser clara, legível e uniforme. ▪ Deve ser introduzida preferencialmente na margem direita, ou então em ambas as margens, de forma simétrica. ▪ Usar sempre a cor vermelha para assinalar as emendas, mas, se se fizerem comentários que não sejam correções, deve usar-se uma cor distinta e fazê-los dentro de um círculo. ▪ A comunicação com o autor do texto deve ser feita a lápis, à margem, ou em folha autónoma.
<i>Sinalética portuguesa</i>	<p>Sistema de sinais e respetivas funções; por exemplo: sinais de alteração tipográfica, formatação, inserção, supressão, aproximação, afastamento ou transposição.</p> <p>Exemplificação da aplicação de cada sinal através de casos concretos.</p>

Quadro 7: Caracterização da revisão em suporte papel

B. Metodologias

É nosso intuito discutir aqui várias metodologias inerentes ao processo de revisão. Começaremos por identificar e caracterizar as diferentes etapas de revisão de provas (quadro 8), as quais nem sempre são respeitadas, seja por contingências de tempo ou por mera incúria.

Etapas de revisão de provas	
<i>Normalização</i>	Deve ser feita em ficheiro digital, antes da fase de paginação do texto, por razões de economia de tempo nas fases posteriores.
<i>Primeiras provas</i>	Primeira fase de revisão integral do texto. Com as primeiras provas, deve ser entregue ao revisor, no caso das traduções, um exemplar em papel do original e o seu correspondente digital, para quando se impuser um cotejamento entre texto de partida e texto de chegada.
<i>Segundas provas</i>	Confirmação da introdução das correções feitas na fase anterior. Se necessário, devem verificar-se aspetos estruturais e fazer-se uma releitura integral.
<i>Contraprova e verificação final</i>	Confirmação da introdução das correções da etapa anterior. Verificação dos dados da ficha técnica e do(s) índice(s).

Quadro 8: Caracterização das etapas de revisão de provas

Sugeriremos, de seguida, algumas técnicas de leitura. A forma como o revisor lê influencia diretamente a qualidade das suas correções, pelo que deve adotar estratégias que assegurem que a forma como lê é a mais apropriada no quadro da tarefa que tem em mãos. Salvaguarde-se, no entanto, que a sua aplicação é *ideal*, uma

vez que o prazo estipulado para a entrega do trabalho pode inviabilizar a sua observância. Das técnicas que comentaremos, farão parte, por exemplo, as seguintes:

- um texto deve sofrer três leituras: de compreensão; de avaliação e correção; de validação.
- a primeira leitura não deverá contemplar correções, uma vez que terá como propósito a familiarização com o texto;
- recomenda-se que a primeira leitura seja feita em voz alta quando o revisor for inexperiente;
- a segunda leitura deverá fazer-se lentamente;
- durante a segunda leitura, o revisor deve fazer interrupções regulares, com o intuito de manter a sua concentração;
- o revisor poderá usar uma folha branca para fazer uma leitura linha a linha e fomentar um ritmo de leitura lento;
- durante todo o processo, o revisor deve tentar adotar a perspectiva do público-alvo do texto;
- a terceira leitura, final, deve ser feita com alguns dias de distância face à segunda.

Neste ponto, comentaremos algumas estratégias de detecção e resolução de problemas. Trata-se de operações que visam identificar e solucionar problemas existentes no texto e que se materializam, no que diz respeito à detecção, na antecipação de problemas expectáveis e na comparação do texto com os conhecimentos do revisor e, relativamente à resolução, na releitura, reflexão e pesquisa.

Passaremos então a uma secção de recomendações de boas práticas, à semelhança das que se elencam a seguir:

- Recurso a memórias de revisão: um registo, por um lado, das decisões tomadas e das respetivas explicações e, por outro, das pendências que cabe ao autor resolver.

- Qualquer intervenção do revisor implica certeza. Se houver qualquer dúvida relativamente a uma emenda, a situação deve ser discutida com o cliente e, no limite, com o autor, caso não sejam a mesma entidade.
- As opções do revisor devem pautar-se pela coerência.
- As emendas de grande dimensão devem ser ponderadas, relidas e bem explicitadas, se necessário no verso da folha ou em documento autónomo.
- Emendas idênticas para problemas recorrentes podem ser simplificadas por meio de um código cromático ou numérico, cuja descodificação deverá encontrar-se num documento autónomo com as notas do revisor ou no rosto do trabalho.
- A substituição de palavras que ocorram com grande frequência em prova deve ser feita com recurso a pesquisas em ficheiro digital, se disponibilizado pelo cliente.
- Nas situações de opcionalidade, o revisor deve respeitar os critérios do autor ou do tradutor e não tentar impor as suas idiossincrasias linguísticas.

Por fim, encerraremos este capítulo com uma secção dedicada à apresentação de exemplos e de exercícios. Relativamente aos exemplos, tratar-se-á de textos em versão pré e pós-revisão, com justificação das correções e indicação das várias possibilidades de resolução, hierarquizadas; os textos pertencerão a diferentes géneros, terão diferentes registos e serão destinados a suportes distintos. Apresentamos no quadro 9 a forma como se estruturará a informação:

TEXTO ORIGINAL

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Sed purus nulla, rhoncus a tristique id, faucibus eu leo. Etiam eget velit vitae nunc lobortis auctor. Vivamus molestie mollis varius. In placerat imperdit sapien, id pharetra quam. Nulla facilisi. Morbi faucibus lorem gravida, tempor nulla a, aliquam justo. Donec

sollicitudin diam eu viverra fermentum. Vivamus auctor massa sed amet ipsum fermentum, et venenates dolor congue.

TEXTO REVISTO

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Sed purus nulla, rhoncus a tristique id, faucibus eu leo. Etiam eget velit vitae nunc lobortis auctor. Vivamus molestie mollis varius. In placerat imperdiet sapien, id pharetra quam. Nulla facilisi. Morbi faucibus lorem gravida, tempor nulla a, aliquam justo. Donec sollicitudin diam eu viverra fermentum. Vivamus auctor massa sit amet ipsum fermentum, et venenatis dolor congue.

COMENTÁRIO

- > justificação das correções
- > parâmetros de revisão utilizados
- > alternativas

Quadro 9: Estrutura de apresentação dos exemplos

Os exercícios, que serão acompanhados de soluções, consistirão na proposta de dois tipos de revisão: unilingue e bilingue, ambas relativas a textos de ficção e não-ficção. Pretende-se oferecer um leque variado de géneros, que irão de um texto literário a uma receita de culinária, de um ensaio a um *e-mail*. A apresentação gráfica dos exercícios possibilitará a sua resolução no próprio manual.

CAPÍTULO 6: INSTRUMENTOS DO REVISOR

O sexto capítulo do *Manual do Revisor de Texto* apresentará os instrumentos a que o revisor pode e deve recorrer no decurso do seu trabalho e será constituído por duas partes: glossário de termos relacionados com revisão; recursos bibliográficos, instrumentos em linha e programas informáticos.

A. Glossário de termos relacionados com revisão

Nesta secção apresentaremos um glossário com os termos essenciais da área da revisão. Pertencerão a domínios tão distintos quanto a tipografia, a linguística, a tradutologia, o *design* e a produção gráficos. Elencam-se *infra* alguns exemplos dos conceitos a definir e comentar:

- abreviatura [*linguística*]
- aceção [*linguística*]
- acrónimo [*linguística*]
- aliteração [*linguística*]
- ambiguidade [*linguística*]
- anglicismo [*linguística/tradutologia*]
- arcaísmo [*linguística*]
- barbarismo [*linguística*]
- cabeça [*tipografia*]
- cacofonia [*linguística*]
- caixa alta [*tipografia*]
- caixa baixa [*tipografia*]
- calão [*linguística*]
- chamada de nota [*tipografia*]
- clareza [*linguística*]
- clichê [*linguística*]
- coerência [*linguística*]
- coesão [*linguística*]
- colofão [*tipografia*]
- conotação [*linguística*]
- controlo de qualidade [*tradutologia*]
- deleátur [*revisão de texto*]
- denotação [*linguística*]
- etimologia [*linguística*]
- eufonia [*linguística*]
- expressão fixa [*linguística/tradutologia*]

- expressão idiomática [*linguística/tradutologia*]
- falso amigo [*tradutologia*]
- fidelidade [*tradutologia*]
- galicismo [*linguística/tradutologia*]
- grafia [*linguística*]
- gralha [*tipografia*]
- hiper-revisão [*revisão de texto*]
- ISBN [*produção gráfica*]
- jogo de provas [*produção gráfica*]
- livro de estilo [*revisão de texto*]
- neologismo [*linguística*]
- órfão [*tipografia*]
- paráfrase [*linguística*]
- pé [*tipografia*]
- perífrase [*linguística*]
- pleonasma [*linguística*]
- público-alvo [*revisão de texto*]
- redundância [*linguística*]
- sigla [*linguística*]
- *spread* [*design gráfico*]
- tautologia [*linguística*]
- terminologia [*linguística*]
- transparência [*tradutologia*]
- versaletes [*tipografia*]
- viúva [*tipografia*]

B. Recursos

Faremos um levantamento exaustivo dos recursos indispensáveis ao bom exercício da atividade de revisão. Estes poderão ser bibliográficos, existir em linha ou sob o formato de programas informáticos.

Recursos bibliográficos

- Dicionários:
 - de língua portuguesa;
 - de língua inglesa, francesa, espanhola, alemã e italiana, entre outros;
 - de sinónimos e antónimos;
 - de regência de verbos;
 - etimológicos;
 - de estrangeirismos;
 - de calão;
 - de provérbios;
 - de expressões idiomáticas;
 - de expressões latinas;
 - enciclopédicos;
 - visuais.
- Gramáticas de referência
- Prontuários ortográficos
- Glossários
- Livros de estilo
- Enciclopédias
- Obras de divulgação na área da Linguística
- Manuais estrangeiros sobre revisão
- Estudos académicos sobre revisão

Instrumentos em linha

- Dicionários
- Enciclopédias

Programas informáticos

- Dicionários

- Enciclopédias
- Para tratamento de texto

CAPÍTULO 7: A REVISÃO ENQUANTO ATIVIDADE AUTÓNOMA

Este capítulo tem por objetivo tratar dos aspetos relacionados com a revisão de texto enquanto atividade profissional autónoma e será constituído por sete secções: reconhecimento formal; horários; remuneração; volume de trabalho e planificação financeira; associações profissionais; aspetos burocráticos; contrato-tipo.

A. Reconhecimento formal

Pretendemos apontar a inexistência de reconhecimento oficial desta atividade profissional, nomeadamente pela Classificação das Atividades Económicas Portuguesas por Ramos de Atividade (CAE), do Instituto Nacional de Estatística, ou pelos códigos mencionados em tabela de atividades aprovada pelo Ministério das Finanças. Deste facto decorrem algumas implicações, uma das quais é a necessidade de, quando da emissão de recibos, se descrever de forma genérica a profissão por meio da fórmula «prestação de serviços».

B. Horários

À semelhança de outros profissionais independentes, os revisores de texto não têm horários fixos para exercer a sua atividade. Assim, é conveniente que, além de terem consciência desse facto, se dediquem a um planeamento rigoroso da sua jornada de trabalho, tendo em vista o cumprimento escrupuloso de todos os prazos. Pretendemos, por isso, alertar para essa necessidade de organização e sugerir formas eficazes de gestão do trabalho, sem deixar de sublinhar que, em muitos casos, a dedicação do profissional terá de ser grande.

C. Remuneração

Apontaremos nesta secção a ausência de uma tabela remuneratória para estes profissionais. Deste facto resulta o imperativo de negociação com o cliente, que, nalguns casos, não tem em conta a complexidade de certos trabalhos e o esforço suplementar necessário quando o prazo se revela insuficiente. Indicaremos os valores médios praticados no mercado português e sugeriremos formas de negociação em função de projetos específicos.

D. Volume de trabalho e planificação financeira

Caracterizaremos a inconstância do volume de trabalho do revisor, que pode tanto ter em simultâneo vários trabalhos distintos com prazos idênticos como passar longas temporadas sem receber qualquer proposta de colaboração. Nesse sentido, indicaremos alguns caminhos para uma planificação financeira eficaz que tire partido de alturas de excesso de trabalho para compensar épocas de escassez.

E. Associações profissionais

A inexistência de uma associação profissional que vele pelos direitos dos revisores de texto será objeto deste ponto. Este problema não é exclusivo de Portugal, mas foi combatido em países como o Canadá, a França ou o Reino Unido, exemplos de sucesso que descreveremos e incitaremos a seguir.

F. Aspectos burocráticos

Trataremos aqui de aspetos relacionados com a burocracia inerente ao exercício da atividade. Serão alvo da nossa atenção questões como:

- abertura de atividade comercial;
- emissão de recibos;
- pagamento de impostos (IRS e IVA);
- contribuições para a Segurança Social.

G. Contrato-tipo

Dada a prática comum de se atribuírem e aceitarem trabalhos de revisão sem qualquer documento de formalização que proteja tanto o revisor quanto o cliente, e tendo em conta a inexistência de uma associação que difunda boas práticas, proporemos um contrato-tipo (anexo 2) que propicie melhores relações entre as partes envolvidas e que acautele os direitos do revisor, assim como situações excepcionais que, dada a ausência de regulação, costumam ser imputadas a este último.

PARATEXTOS FINAIS

Os paratextos finais serão os que a seguir se enumeram:

- (i) conclusão, com um balanço final e um incitamento à ação pela congregação dos profissionais da área em prol do seu reconhecimento jurídico, nomeadamente através da criação de uma associação profissional;
- (ii) posfácio, assinado por um linguista português com créditos na investigação e docência na área da revisão de texto;
- (iii) índice remissivo, que incluirá os termos relevantes tratados ao longo da obra; a negrito, surgirão as ocorrências centrais de um dado tema, onde poderá encontrar-se um tratamento mais desenvolvido de determinado aspeto.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

Paralelamente ao desenvolvimento deste trabalho, que decorreu entre outubro de 2013 e março de 2014, desencadeámos algumas ações destinadas à concretização do projeto. Em outubro de 2013, começámos por fazer uma prospeção de entidades, nomeadamente de casas editoriais sedeadas em território nacional, que pudessem revelar-se interessadas na publicação de um manual destinado a revisores de texto. O critério que presidiu a essa seleção foi a análise dos seus respetivos catálogos, revelando-se prioritários todos aqueles que contemplassem temas ligados à língua portuguesa e a funções editoriais. Verificámos, no entanto, que existem poucas editoras a publicar nesta área.

Entre novembro de 2013 e janeiro de 2014, estabelecemos contacto com quatro entidades, por via de correio eletrónico e contacto telefónico, com o intuito de apresentar o nosso projeto. Das iniciativas levadas a cabo, uma acabou por revelar-se frutífera, o que se materializou num convite de reunião para a apresentação de um esboço do futuro manual (anexo 1), assim como dos seus objetivos e das razões que justificam a sua necessidade. Na sequência dessa reunião, vimos ser corroborado o interesse da entidade, que, por razões comerciais, solicitou não só o anonimato no âmbito deste trabalho como também o registo da memória descritiva (capítulo 3) junto da Sociedade Portuguesa de Autores, como medida de proteção de propriedade intelectual.

Em fevereiro de 2014, após a nossa anuência relativamente às duas condições referidas *supra*, decorreram os seguintes resultados:

- (i) assinámos um contrato de edição (anexo 3) que assegura a publicação futura da obra e o cumprimento de um cronograma (anexo 4), em que se estabeleceu o prazo de redação do manual (oito meses) e se garantiu um prazo para a sua publicação (três meses após a entrega do manuscrito);

- (ii) obtivemos aceitação da nossa participação com sugestões de âmbito editorial, no processo de definição de capa, título, texto de contracapa e grafismo;
- (iii) constatámos abertura ao acolhimento de novas propostas para feitura de outros volumes, dedicados a temáticas relacionadas com a língua portuguesa e que se constituam como desafios ao trabalho do revisor.

O contrato assinado prevê que a publicação se dê em duas fases: a primeira, em suporte físico; a segunda, sob a forma de livro eletrónico. Quanto à primeira, ficou estipulado que o manual será objeto de impressão digital, tendo em vista uma redução de custos de produção. No que diz respeito à segunda fase, esta justifica-se, por um lado, porque o preço poderá ser mais reduzido e, dessa forma, atingir um maior público; por outro, porque em Portugal esta publicação se reporta a um nicho de mercado, e a publicação em formato digital permitirá criar massa crítica, a qual, por sua vez, poderá fomentar a divulgação da publicação em formato físico.

O cronograma definido assegura a calendarização das várias fases necessárias à concretização do projeto. A primeira fase consistirá num período de investigação pré-redação, com uma nova prospeção de mercado e com a auscultação de revisores profissionais. A isto, seguir-se-á uma reunião com a editora, para apresentação de resultados e antecipação das fases seguintes. De seguida começará a fase de redação, que será pontuada por reuniões com a editora quando da conclusão de, em média, cada dois capítulos, para avaliação e validação. A fase de redação concluir-se-á com a feitura de dois paratextos: a conclusão e o índice remissivo. Além do prazo de entrega do manuscrito final, estipulou-se também o período de revisão em ficheiro digital, de paginação, de revisão de provas, de aprovação final do texto e grafismo, de comunicação da obra, da sua publicação e, por fim, do seu lançamento. O compromisso firmado estabelece que todo o processo, desde a etapa de pré-redação até à data de publicação do manual em formato físico, dure 12 meses. A publicação em formato digital não foi objeto de calendarização, e esta só será definida por parte da editora seis meses após o lançamento do manual em formato físico.

Propusemos, por fim, que a obra contemple dois paratextos que não serão da nossa responsabilidade: um prefácio, escrito por um revisor português de renome, e um posfácio, assinado por um linguista interessado pela temática da revisão de texto. Esta sugestão, que foi bem acolhida e será concretizada através de convites feitos na altura de entrega do manuscrito final, justifica-se na medida em que estes paratextos visam vencer resistências que uma obra deste tipo pode sofrer junto de uma classe que normalmente demonstra ter hábitos enraizados difíceis de mudar.

5. CONCLUSÃO

O objetivo primordial deste trabalho era apresentar um desenho da estrutura de um futuro manual destinado aos revisores de texto portugueses. O que nos moveu nesse sentido, e que inclusivamente motivou o nosso ingresso no mestrado em Consultoria e Revisão Linguística, foi a constatação, permanente ao longo do exercício da nossa carreira de revisor, da existência de uma grande lacuna em termos de guias orientadores para os profissionais desta área. Esta profissão, não reconhecida formalmente, tem-se regido até há pouco tempo por um elevado grau de amadorismo, muito por causa da ausência de cursos superiores e de publicações que combatam o empirismo que a tem caracterizado.

Com o intuito de contribuir para a formação dos profissionais e para promoção de boas práticas, começámos por fazer uma revisão de literatura, voltada tanto para estudos científicos como para manuais de vocação similar publicados no estrangeiro. Por um lado, constatámos que começa a haver investigação académica de grande interesse para o domínio da revisão de texto e que tem em conta os mais recentes desenvolvimentos da Linguística. Por outro, verificámos que, apesar de existirem noutros países instrumentos dirigidos aos revisores, a sua qualidade nem sempre é a desejada, visto o destaque que é dado a questões relacionadas com convenções ortotipográficas e a forma pouco rigorosa com que é apresentada a informação. No seguimento dessa análise, a conclusão a que chegamos é a de que tais instrumentos, independentemente do seu maior ou menor valor, estão voltados para as suas realidades nacionais, ou seja, as técnicas e metodologias adotadas no exercício da profissão variam muito em função da tradição cultural em que se inserem.

Partimos então para o cerne deste trabalho, que foi a criação e descrição da estrutura de um manual baseado nas práticas verificadas em Portugal. Tentámos abranger o máximo de tópicos possíveis, sem deixarmos de ser coerentes com as referidas práticas e de nos esforçarmos por responder às necessidades que empiricamente podemos identificar após dez anos de experiência na área. Nesse sentido, abordámos desde o conceito de revisão de texto até questões burocráticas e de carácter prático que qualquer revisor autónomo deve, a nosso ver, conhecer.

No decurso da redação da memória descritiva que constitui o terceiro capítulo deste trabalho, deparámo-nos com algumas dificuldades, como a de encontrar informação sistematizada e fidedigna sobre a qual nos basearmos. Tais percalços foram superados em grande parte graças à nossa própria experiência enquanto revisor e aos novos conhecimentos adquiridos durante a frequência da componente letiva deste mestrado.

Do ponto de vista da aplicação do nosso projeto, realizámos diligências que se revelaram bem-sucedidas. Não só obtivemos garantias contratuais de que, após a conceção do manual na sua integralidade, o instrumento será publicado como também encontrámos receptividade a sugestões de outras obras que ajudem a suprir deficiências formativas junto desta classe profissional. Além disso, a publicação do manual dar-se-á em dois formatos, físico e digital, o que potenciará a sua difusão e acessibilidade.

Podemos afirmar, portanto, que os objetivos que nos propusemos de início foram atingidos. Contudo, reconhecemos que haveria tópicos que poderiam merecer ser incluídos na memória descritiva do futuro manual, como algumas convenções relativamente estabilizadas. Optámos por não os incluir, uma vez que já se encontram suficientemente tratados nalgumas obras de divulgação já existentes, e também porque isso implicaria um aumento da dimensão da nossa obra, a qual não pretendíamos que se confundisse com um livro de estilo. Outra limitação que se poderia apontar à memória descritiva é a ausência de uma descrição mais exaustiva do que contemplarão todos os tópicos estabelecidos, o que justificamos com as limitações de espaço inerentes à concretização deste trabalho.

As técnicas e metodologias dos revisores portugueses, por vezes pouco eficientes, refletem um exercício pouco científico e rigoroso da profissão. Assim, é nosso desejo que a obra que resultará deste trabalho de projeto, fruto de um mestrado inovador em Portugal, possa mudar alguns hábitos instalados e propiciar reflexão crítica. Esperamos igualmente que o nosso manual se constitua como um instrumento de atualização de conhecimentos para alunos do ensino superior que estudem temáticas relacionadas com a língua e com a edição de texto e que este seja um primeiro passo para a criação de uma coleção dedicada a temas conexos.

Por fim, seria útil que o efeito último dos nossos esforços se traduza num estímulo para a reflexão conjunta dos profissionais e para a subsequente criação de uma associação que forme e defenda direitos, estabelecendo uma tabela salarial e estipulando um modelo de contrato, talvez inspirado na proposta que apresentámos, para uma atividade que até ao momento se tem visto privada de ambos, para seu grande prejuízo.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Vanessa Fonseca (2012) *Uma Análise Dialógica da Atividade de Revisão Linguística em EaD*. Dissertação de mestrado. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas. Disponível em:
<http://www.ucpel.tche.br/poslet/dissertacoes/Mestrado/2012/Uma%20an%E1lise%20dial%C3%B3gica%20da%20atividade%20de%20revis%E3o%20lingu%C3%A9stica%20EAD%20-%20Vanessa%20Fonseca%20Barbosa.pdf>
- BISAILLON, Jocelyne (dir.) (2007) *La Révision Professionnelle: Processus, stratégies et pratiques*. Quebeque: Éditions Nota Bene.
- BUTCHER, Judith, DRAKE, Caroline & LEACH, Maureen ([1975] 2009⁴) *Butcher's Copy-editing: The Cambridge Handbook for Editors, Copy-editors and Proofreaders*. Cambridge: Cambridge University Press.
- COELHO NETO, Aristides (2008²) *Além da Revisão: Critérios para revisão textual*. Brasília: Editora SENAC.
- COELHO, Sueli Maria & ANTUNES, Leandra Batista (2010) «Revisão textual: para além da revisão linguística». *SCRIPTA*, 14 (26). Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 205-24. Disponível em:
<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4361/4506>
- COSTA, Roger, RODRIGUES, Daniella & PENA, Daniela (2011) «Dificuldades no trabalho do revisor de textos: possíveis contribuições da linguística». *Revista Philologus*, 17 (51). Rio de Janeiro: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, 53-74. Disponível em:
<http://www.filologia.org.br/revista/51supl/05.pdf>
- EINSOHN, Amy ([2000] 2006²) *The Copy Editor's Handbook: A Guide for Book Publishing and Corporate Communications*. Berkeley; Los Angeles; Londres: University of California Press.
- GILAD, Suzanne (2007) *Copyediting & Proofreading for Dummies*. Indianápolis: Wiley Publishing.

- HORGUELIN, Paul A. & PHARAND, Michelle ([1978] 2009⁴) *Pratique de la Révision*. Quebeque: Linguattech.
- LACHANCE, Ginette (2006) *La Révision Linguistique en Français*. Quebeque: Les Éditions du Septentrion.
- MALTA, Luiz Roberto (2000) *Manual do Revisor*. São Paulo: WVC Editora.
- MUNIZ JR., José de Souza & SALGADO, Luciana Salazar (2011) «Da interlocução editorial: a presença do outro na atividade dos profissionais do texto». *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, 1 (5). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 87-102.
- MUNIZ JR., José de Souza (2009) «A intervenção textual como atividade discursiva: considerações sobre o laço social da linguagem no trabalho de edição, preparação e revisão de textos». In *Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Curitiba: Intercom. Disponível em:
<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1079-1.pdf>
- NEGRONI, María Marta García & ESTRADA, Andrea (2006) «Saberes y competencias del corrector de estilo: ¿corrector o corruptor?». *Páginas de Guarda: Revista de lenguaje, edición y cultura escrita* (1). Buenos Aires: Universidade de Buenos Aires, 26-40. Disponível em
http://www.paginasdeguarda.com.ar/pdf/articulos/1_garcianegroniestrada.pdf
- OLIVEIRA, Risoleide Rosa de (2007) *Um Olhar Dialógico sobre a Atividade de Revisão de Textos Escritos: Entrelaçando dizeres e fazeres*. Tese de doutoramento. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em:
<ftp://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/bdtd/RisoleideRFO.pdf>
- PASSOS, João Augusto de Oliveira & SANTOS, Maria Lino dos (2011) «Leituras, revisão textual e o revisor». *Revista Anápolis Digital*, 2 (1). Anápolis: Prefeitura Municipal de Anápolis. Disponível em:
<http://www.anapolis.go.gov.br/revistaanapolisdigital/wp-content/uploads/2011/07/leituras-revisao-textual-e-o-revisor.pdf>
- POEL, Kris van de (org.) (2003) *Text Editing: From a talent to a scientific discipline*. Antuérpia: Universidade de Antuérpia. Disponível em:

<http://webh01.ua.ac.be/apil/apil103/apil103.pdf>

RIBEIRO, Ana Elisa (2007) «Em busca do texto perfeito: (in)distinções entre as atividades do editor de texto e do revisor de provas na produção de livros». In *Anais do XII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste, Juiz de Fora (MG)*. São Paulo: Intercom. Disponível em:
<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2007/resumos/R0011-1.pdf>

ROCHA, Harrison da (2012) *Um Novo Paradigma de Revisão de Texto: Discurso, gênero e multimodalidade*. Tese de doutoramento. Brasília: Universidade de Brasília. Disponível em:
<http://repositorio.unb.br/handle/10482/11956>

— — — & SILVA, Carina Melo da (2010) «Da revisão de texto à revisão de texto crítica: uma nova perspectiva profissional». *Universitas Humanas*, 7 (1/2). Brasília: Centro Universitário de Brasília, 191-213. Disponível em:
<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/universitashumanas/article/view/897>

UNESCO (2006) «Understanding Creative Industries». Disponível em:
http://portal.unesco.org/culture/en/files/30297/11942616973cultural_stat_EN.pdf/cultural_stat_EN.pdf

YAMAZAKI, Cristina (2007) «Editor de texto: quem é e o que faz». In *Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Santos (SP)*. São Paulo: Intercom. Disponível em:
<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1153-1.pdf>

Nota: todos os endereços eletrônicos apresentados se encontravam ativos na data de conclusão deste trabalho.

ANEXOS

Anexo 1

Sumário do futuro *Manual do Revisor de Texto*

SUMÁRIO

Índice geral

Índice de quadros e figuras

Lista de abreviaturas e símbolos

Agradecimentos

Preâmbulo

Prefácio

Capítulo 1: A revisão

- 1.1. História da revisão
- 1.2. Conceito de revisão
- 1.3. Tipos de revisão
- 1.4. Revisão e edição
- 1.5. Parâmetros de revisão
- 1.6. Áreas de intervenção linguística

Capítulo 2: O revisor

- 2.1. Funções do revisor
- 2.2. Competências do revisor
- 2.3. Contextos de atuação
- 2.4. Interações do revisor

Capítulo 3: As condicionantes da intervenção do revisor

- 3.1. Mandato de revisão
- 3.2. Público-alvo
- 3.3. Livros de estilo
- 3.4. Prazos
- 3.5. Remuneração

Capítulo 4: Questões linguísticas

- 4.1. Instrumentos de normalização linguística
- 4.2. Áreas críticas da língua
- 4.3. Norma e variação
- 4.4. Purismo linguístico

Capítulo 5: Técnicas de revisão

- 5.1. Suportes
 - 5.1.1. Digital
 - 5.1.2. Físico
- 5.2. Metodologias
 - 5.2.1. Etapas de revisão de provas
 - 5.2.2. Técnicas de leitura
 - 5.2.3. Estratégias de detecção e resolução de problemas
 - 5.2.4. Recomendações de boas práticas
 - 5.2.5. Exemplos e exercícios

Capítulo 6: Instrumentos do revisor

- 6.1. Glossário de termos relacionados com revisão
- 6.2. Recursos
 - 6.2.1. Bibliográficos
 - 6.2.2. Em linha
 - 6.2.3. Programas informáticos

Capítulo 7: A revisão enquanto atividade autónoma

- 7.1. Reconhecimento formal
- 7.2. Horários
- 7.3. Remuneração
- 7.4. Volume de trabalho e planificação financeira
- 7.5. Associações profissionais
- 7.6. Aspetos burocráticos
- 7.7. Contrato-tipo

Conclusão

Posfácio

Índice remissivo

Anexo 2

**Proposta de contrato-tipo para formalização da adjudicação de um trabalho de
revisão de texto**

CONTRATO DE REVISÃO

O presente contrato é celebrado entre [nome do prestador do serviço], portador do Cartão de Cidadão nº _____, contribuinte fiscal nº _____, residente em [endereço completo], adiante designado como REVISOR, e [nome da entidade requerente do serviço], com sede em [endereço completo], pessoa coletiva nº _____, adiante designado como CLIENTE.

1. Objeto

1.1. O REVISOR obriga-se a fazer a revisão do texto intitulado _____, da autoria de _____.

1.2. O texto tem a seguinte dimensão e características particulares:

_____.

1.3. O revisor obriga-se a fazer as seguintes tarefas: [indicar o(s) tipo(s) de revisão pretendido(s): revisão de normalização; revisão tipográfica; revisão linguística; revisão de conteúdo; revisão de tradução].

2. Prazo

2.1. O REVISOR deverá entregar a revisão ao CLIENTE no prazo de ____ dias úteis, a contar da data em que lhe for entregue o documento a ser revisto.

2.2. O prazo referido no número anterior só pode ser excedido em 24 horas, mediante comunicação prévia por escrito por parte do REVISOR.

3. Remuneração

3.1. O CLIENTE obriga-se a pagar ao REVISOR a importância de _____ euros brutos, contra o respetivo recibo de quitação, nos ____ dias subsequentes à entrega do trabalho.

3.2. No caso de o documento dar origem a um livro, o CLIENTE compromete-se a entregar ao REVISOR 1 (um) exemplar da primeira edição da obra, o qual não poderá ser destinado à comercialização.

3.2.1. O CLIENTE facultará ao REVISOR a aquisição de exemplares da obra com um desconto de, pelo menos, 30 % (trinta por cento) sobre o preço de capa.

4. Identificação

4.1. O CLIENTE obriga-se a identificar o revisor na ficha técnica e, em casos que o justifiquem, no frontispício do documento revisto.

4.2. O REVISOR tem o direito de solicitar a omissão da sua identificação, assim como de preferir ser identificado por meio de um pseudónimo.

5. Denúncia

Este contrato pode ser denunciado por qualquer uma das partes, na eventualidade de uma alteração circunstancial relevante ou no seguimento de um motivo devidamente justificado, por meio de comunicação escrita.

6. Boa-fé

Ambas as partes declaram que o presente contrato corresponde à sua vontade real e que, estando de boa-fé, reciprocamente, se vinculam ao seu cumprimento.

7. Foro

Ambas as partes acordam em dirimir qualquer conflito emergente do presente contrato no foro da Comarca de _____, com expressa renúncia a qualquer outro.

Feito em [*cidade*], aos ____ dias do mês de _____ de [*ano*], em duas vias, devidamente assinadas e rubricadas, valendo ambas como originais e ficando cada uma na posse de cada um dos outorgantes.

O REVISOR

O CLIENTE

Anexo 3

Contrato de edição firmado para a publicação futura do *Manual do Revisor de Texto*

CONTRATO DE EDIÇÃO

PRIMEIRO OUTORGANTE:

a) [REDACTED] com sede na [REDACTED] [REDACTED] daqui em diante designado por EDITOR;

1. Todos os direitos do EDITOR resultantes deste contrato, incluindo possíveis danos e compensações, permanecerão após o final de vigência deste contrato, e em caso de morte ou incapacidade do EDITOR, os direitos respectivos serão transferidos para os seus legítimos herdeiros;

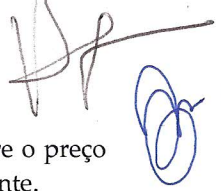
SEGUNDO OUTORGANTE:

a) Tiago Albuquerque Marques, que utiliza o nome autoral de Tiago Marques, com o número de contribuinte [REDACTED] bilhete de identidade n.º [REDACTED] e residente em [REDACTED] daqui em diante designado por AUTOR;

2. Todos os direitos do AUTOR resultantes deste contrato, incluindo possíveis danos e compensações, permanecerão após o final de vigência deste contrato, e em caso de morte ou incapacidade do AUTOR, os direitos respectivos serão transferidos para os seus legítimos herdeiros;

Entre o EDITOR e AUTOR é celebrado o presente contrato de edição e que se regulará nos termos das cláusulas seguintes:

1. Este contrato estabelece o direito de publicação de um volume provisoriamente intitulado *Manual do Revisor de Texto* e que de agora em diante se designará como OBRA.
2. O EDITOR adquire, pelo presente contrato, o direito de efectuar, por sua conta, as edições que entender da OBRA que pelo AUTOR lhe é dada em exploração.
3. O EDITOR assume a obrigação de distribuir e vender a referida OBRA.
4. O EDITOR obriga-se a fazer, na primeira edição, uma tiragem de, pelo menos, 300 exemplares, competindo-lhe fixar sempre um número de tiragens seguintes em função das necessidades do mercado, dando disso conhecimento ao AUTOR.
5. O AUTOR assegura ao EDITOR o exclusivo dos direitos de publicação da OBRA, bem como o de não elaborar ou colaborar na elaboração de qualquer outra obra concorrente com ela, em qualquer formato existente ou a existir, enquanto este contrato não for validamente denunciado.
6. O AUTOR assegura ao EDITOR o direito de publicação dos conteúdos contratualizados para esta OBRA em todos os formatos existentes e por existir, cujos termos se encontrarão como apêndices a este contrato.
7. O AUTOR assegura ao EDITOR o direito de adaptação da OBRA aos diferentes suportes, contando para isso da melhor disponibilidade do AUTOR para proceder, em termos a acordar previamente, a essa adaptação.
8. O AUTOR terá direito a verificar um jogo de provas em papel da paginação da OBRA, bem como uma prova do plano de capa. No decorrer dos trabalhos de paginação e de composição gráfica, poderá verificar-se a necessidade de submeter, em ambas as situações, novas provas ao AUTOR.
9. O preço de venda ao público é sempre fixado pelo EDITOR, podendo este ficar sujeito a homologação oficial, se necessário, sendo que terá um PVP de aproximadamente € 14,00 (dez euros), mais IVA.

- 
10. Os direitos de AUTOR emergentes deste contrato serão no valor de 10% (dez por cento) sobre o preço de capa, depois de deduzido o IVA, e serão pagos pelo EDITOR ao AUTOR, ou seu representante.
 11. O EDITOR compromete-se a pagar ao AUTOR o valor de € 50,00, a título de despesas, mais adiantamento de € 250,00, por antecipação dos direitos de autor referidos na alínea anterior, 30 dias após a entrega final do manuscrito, e após verificação da conformidade e qualidade do texto.
 12. O AUTOR sujeitar-se-á à avaliação de qualidade do seu trabalho pelo EDITOR, e conforme os critérios internos do mesmo.
 13. O EDITOR compromete-se a avaliar a qualidade do manuscrito da OBRA nos 15 (quinze) dias seguintes à entrega do texto. A não indicação de problemas com o manuscrito por parte do EDITOR será considerado como estando conforme para publicação.
 14. O acerto de contas dos direitos de autor, por parte do EDITOR, será efectuado anualmente a 31 de Março, e o pagamento até 15 de Maio de cada ano, e incidirá sobre o número de exemplares efectivamente vendidos no decurso do ano imediatamente anterior.
 15. Os conteúdos textuais, gráficos e iconográficos incluídos ou pertencentes à OBRA estarão em conformidade com a legislação em vigor, e serão entregues pelo AUTOR com a qualidade imposta por parâmetros de exigência e perfeição ou em conformidade com eventuais instruções específicas fornecidas pelo EDITOR.
 16. O AUTOR declara que a referida OBRA se acha devidamente autorizada, nomeadamente pelos possíveis visados no texto em causa, não advindo, pois, da publicação do trabalho contratado qualquer responsabilidade para o EDITOR.
 17. Para a entrega final, por parte do AUTOR, da totalidade dos conteúdos editoriais, texto e imagens, a incluir na OBRA, estipula-se a data de 6 de Fevereiro de 2015. Quaisquer pedidos de adiamento deste prazo terão de ser requeridos com, pelo menos, um mês de antecedência, tendo o EDITOR o direito de recusar este prolongamento.
 - a. O prolongamento do prazo para a entrega citado na alínea anterior deverá ser acordado por escrito pelas duas partes e constituirá um aditamento ao presente contrato.
 - b. Qualquer desrespeito do prazo estabelecido será considerado violação do presente contrato, ou respectivo aditamento, podendo materializar-se em sanções financeiras.
 - c. Qualquer atraso na entrega dos conteúdos superior a 15 (quinze) dias, sem o pré-aviso acima referido, pressuporá uma redução imediata de 50% ao valor do avanço a auferir pelo AUTOR / uma penalização de 125 euros que serão deduzidos no primeiro pagamento de direitos de autor.
 18. A falta de cumprimento pelo AUTOR do disposto nos artigos anteriores provocará automaticamente a anulação do presente contrato.
 - a) O disposto nesta cláusula não impede o EDITOR de responsabilizar civilmente o AUTOR pelos danos ou prejuízos que possam advir do não cumprimento dos termos deste contrato.
 19. O AUTOR compromete-se a prestar a sua melhor colaboração ao EDITOR em todos os actos inerentes à promoção necessária ao lançamento e divulgação da OBRA, participando sem qualquer encargo, designadamente, em sessões de apresentação da mesma.
 20. As despesas decorrentes da promoção da obra fora da cidade de Lisboa decorrerão por conta do EDITOR.

21. Serão retirados deste contrato os exemplares necessários destinados a oferta e promoção, bem como 15 exemplares destinados ao AUTOR. Os restantes exemplares poderão ser adquiridos pelo AUTOR com 50% de desconto sobre o PVP. Sobre todos estes exemplares, o AUTOR não receberá qualquer percentagem.
22. Quando o AUTOR fizer incluir na obra outras imagens, textos ou fragmentos de obras alheias, será o único responsável por quaisquer remunerações ou outros direitos que venham a ser reclamados por terceiros, exceptuando as imagens de bancos de imagens ou a remuneração de fotógrafos ao serviço da editora, desde que previamente acordado com o EDITOR.
23. A exploração desta OBRA, nos termos aqui contratados, mantém-se pelo tempo de vigência do livro no mercado, a contar da presente data, e enquanto não for denunciado por qualquer das partes nos casos previstos na lei, de acordo com o Código de Direitos de Autor.
24. No caso de a OBRA deixar de se vender, ou sendo o contrato denunciado nos termos do número anterior, o EDITOR pode mandar inutilizar os exemplares sobrantes ou dar-lhes outro destino permitido por lei, depois de notificado o AUTOR para o efeito. O AUTOR, neste caso, reserva-se o direito de adquirir os exemplares para si, no todo ou em parte, pagando, neste caso, ao EDITOR, 25% do preço de capa.
25. Este contrato tem a duração de 5 (cinco) anos e poderá ser renovado se houver concordância de ambas as partes.
26. Para questões deste contrato que não possam ser resolvidas por mútuo acordo é designado por ambas as partes o foro da comarca de Lisboa.
27. As partes outorgantes leram o clausulado acima exposto e, por com ele concordarem integralmente, vão de seguida assinar.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 2014

O PRIMEIRO OUTORGANTE
(EDITOR)

O SEGUNDO OUTORGANTE
(AUTOR)

APÊNDICE I

Este Apêndice I estabelece os termos de publicação da OBRA referenciada no CONTRATO DE EDIÇÃO respeitante, para o formato digital, por ambas as partes, e regular-se-á pelos seguintes termos:

1. O AUTOR assegura ao EDITOR todos os direitos de adaptação e publicação da OBRA, no todo ou em partes, para comercialização em formato digital.
2. O EDITOR tem o direito exclusivo de comercializar a totalidade dos conteúdos da OBRA, para qualquer formato digital, existente ou a existir, no todo ou em partes, em Portugal e fora de Portugal.
3. O EDITOR adquire, pelo presente anexo, o direito de efectuar, por sua conta, as cópias que entender da OBRA que pelo AUTOR lhe é dada em exploração.
4. O EDITOR assume a obrigação de distribuir e vender a referida OBRA.
5. O AUTOR terá direito a verificar o ficheiro final da OBRA.
6. O preço de venda ao público é sempre fixado pelo EDITOR, podendo ser alterado pelo EDITOR, como bem podendo este ficar sujeito a homologação oficial, se necessário.
 - a. O EDITOR tem de dar conhecimento ao AUTOR de qualquer alteração do preço de venda ao público com, pelo menos, 15 (quinze) dias de antecedência.
7. Os direitos de AUTOR emergentes deste ANEXO serão no valor de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o preço de venda, depois de deduzido o IVA, e serão pagos pelo EDITOR ao AUTOR, ou seu representante.
8. Todas as restantes questões serão regidas pelo enunciado no contrato ao qual este anexo faz parte.
9. As partes outorgantes leram o clausulado acima exposto e, por com ele concordarem integralmente, vão de seguida assinar.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 2014

O PRIMEIRO OUTORGANTE
(EDITOR)



O SEGUNDO OUTORGANTE
(AUTOR)



APÊNDICE II

Este Apêndice II estabelece o cronograma de execução da OBRA referenciada no CONTRATO DE EDIÇÃO respeitante e regular-se-á pelos seguintes termos:

1. O AUTOR compromete-se a cumprir escrupulosamente o calendário a seguir estipulado:
 - a. Fase de investigação pré-redacção: até 31 de Maio de 2014
 - b. Apresentação de resultados: 1.ª semana de Junho de 2014
 - c. Redacção dos dois primeiros capítulos: até 31 de Julho de 2014
 - d. Apresentação do manuscrito parcial: 1.ª semana de Agosto de 2014
 - e. Redacção dos terceiro e quarto capítulos: até 30 de Setembro de 2014
 - f. Apresentação do manuscrito parcial: 1.ª semana de Outubro de 2014
 - g. Redacção dos quinto e sexto capítulos: até 30 de Novembro de 2014
 - h. Apresentação do manuscrito parcial: 1.ª semana de Dezembro de 2014
 - i. Redacção do sétimo capítulo, da conclusão e do índice remissivo: até 31 de Janeiro de 2015
 - j. Apresentação do manuscrito final: 6 de Fevereiro de 2015

2. O EDITOR compromete-se a cumprir escrupulosamente o calendário a seguir estipulado:
 - a. Revisão do manuscrito em ficheiro digital: 2.ª semana de Fevereiro de 2015
 - b. Paginação do texto: 3.ª e 4.ª semanas de Fevereiro de 2015
 - c. Revisão de provas: 1.ª semana de Março de 2015
 - d. Submissão ao AUTOR e aprovação final: 2.ª semana de Março de 2015
 - e. Comunicação da OBRA: da 2.ª semana de Março de 2015 à 2.ª semana de Abril de 2015
 - f. Publicação em formato físico: 3.ª semana de Abril de 2015
 - g. Lançamento: 4.ª semana de Abril de 2015

3. As partes outorgantes leram o clausulado acima exposto e, por com ele concordarem integralmente, vão de seguida assinar.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 2014

O PRIMEIRO OUTORGANTE
(EDITOR)



O SEGUNDO OUTORGANTE
(AUTOR)



Anexo 4

Cronograma estipulado para a concretização dos trabalhos conducentes à publicação do *Manual do Revisor de Texto*

